

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Aviso n.º 9534/2001 (2.ª série) — AP. — Dr. Nelson Augusto Marques de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Abrantes:

Torna público que a Câmara Municipal de Abrantes deliberou, na sua reunião de 15 de Outubro de 2001, determinar a revisão do Plano Director Municipal de Abrantes, que deverá estar concluída até ao fim do mês de Maio de 2004.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e de harmonia com a deliberação atrás referida, informa-se todos os interessados de que, até ao dia 31 de Dezembro de 2001, podem apresentar sugestões e informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Abrantes, que devem ser formuladas por escrito e dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Abrantes.

E para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares mais públicos e do costume.

24 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Nelson Augusto Marques de Carvalho*.

Aviso n.º 9535/2001 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou os seguintes contratos de trabalho a termo certo:

Elizabeth Santos C. Assunção — assistente de acção educativa, com o vencimento de 115 700\$, pelo prazo de um ano, com início a 19 de Setembro de 2001 e fim a 18 de Setembro de 2002.

Paula Fernanda Antunes Bispo — assistente de acção educativa, com o vencimento de 115 700\$, pelo prazo de um ano, com início a 19 de Setembro de 2001 e fim a 18 de Setembro de 2002.

Paulo Alexandre Girão — arquitecto 2.ª classe, com o vencimento de 242 200\$, pelo prazo de um ano, com início a 1 de Outubro de 2001 e fim a 30 de Setembro de 2002.

Cidalina Maria Pereira Tomás — auxiliar de serviços gerais, com o vencimento de 72 700\$, pelo prazo de um ano, com início a 1 de Outubro de 2001 e fim a 30 de Setembro de 2002.

Joaquim Maria Lourenço — auxiliar de serviços gerais, com o vencimento de 72 700\$, pelo prazo de um ano, com início a 1 de Outubro de 2001 e fim a 30 de Setembro de 2002.

Maria Manuel Conceição Santos — auxiliar de serviços gerais, com o vencimento de 72 700\$, pelo prazo de um ano, com início a 1 de Outubro de 2001 e fim a 30 de Setembro de 2002.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Nelson Augusto Marques de Carvalho*.

Aviso n.º 9536/2001 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta Câmara Municipal renovou os contratos de trabalho a termo certo, abaixo mencionados, até às datas que vão indicadas:

Hélder Francisco F. Rodrigues — técnico superior de gestão R. H. 2.ª, com início a 1 de Setembro de 2000 e fim a 31 de Agosto de 2002.

António Pedro Marques Geraldês — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

Guilherme N. F. D. Lopes — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

João António Branco Feiteira — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

João Pedro Datia Pires Rosa — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

Luís Miguel Oliveira Mendes — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

Victor Manuel Gil Marques — operador de estações elevatórias e de tratamento, com início a 20 de Setembro de 2000 e fim a 19 de Setembro de 2002.

Luís Nuno Cunha Alho — operador de reprografia, com início a 16 de Outubro de 2000 e fim a 15 de Outubro de 2002.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Nelson Augusto Marques de Carvalho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE AGUIAR DA BEIRA

Aviso n.º 9537/2001 (2.ª série) — AP. — Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aguiar da Beira, na reunião ordinária de 22 de Agosto de 2001 e para efeitos do que estabelece o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, torna-se público que se encontra em apreciação pública, pelo prazo de 30 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o projecto da Tabela de Taxas e Licenças e seu Regulamento, devendo os interessados dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal de Aguiar da Beira.

22 de Outubro de 2001. — O Presidente da Câmara, *Augusto Fernando Andrade*.

Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças**Preâmbulo**

Considerando a manifesta necessidade de actualizar as disposições regulamentares sobre Taxas e Licenças pela Câmara Municipal de Aguiar da Beira e, bem assim, a Tabela das mesmas, considerando a conveniência de as subordinar às determinações da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais), foi intenção desta autarquia implementar um novo regime de cobrança de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, capaz de melhor salvaguardar os interesses público e particular de simplificação e celeridade do processo inerente.

Para tal, foi revisto e ponderado um conjunto de situações, de forma a que o presente Regulamento introduzi-se novos mecanismos de liquidação e cobrança de taxas, abrangendo todos os casos que não se encontram especialmente previstos noutros regulamentos.

Para além disso, a CMAB, consciente da importância da entrada do euro no mercado nacional, a partir de Janeiro de 2002, fixa já na Tabela de Taxas o preço em escudos e em euros, a fim de dar cumprimento às disposições previstas no Decreto-Lei n.º 132/2001, de 24 de Abril.

PARTE I**Sistematização geral****CAPÍTULO I****Disposições genéricas****Artigo 1.º****Objecto**

1 — O Regulamento de Taxas e Licenças e outras receitas define as regras que, no município de Aguiar da Beira, regem:

- a) A concessão de alvarás de licença e a aplicação das respectivas taxas;
- b) A aplicação de taxas e tarifas.

2 — A tabela em anexo determina as taxas e outras receitas a cobrar pelo município, fixando os seus respectivos montantes.

Artigo 2.º**Legislação habilitante**

Nos termos do n.º 8 do artigo 112.º e do artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, este Regulamento é elaborado com fundamento na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea i) do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, artigo 4.º, n.º 1, alíneas g), h) e q) e artigo 16.º, ambos da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.